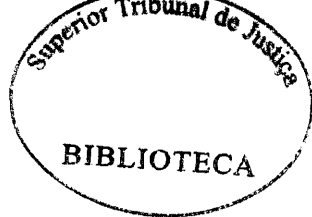


STJ00104488



Thais Câmara Maia Fernandes Coelho

Autocuratela

2ª tiragem

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

317.64(81)

C673A

L. T. A.

Copyright © 2016 by Thais Câmara Maia Fernandes Coelho

Categoria: Direito Civil

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Coelho, Thais Câmara Maia Fernandes
Autocuratela. / Thais Câmara Maia Fernandes Coelho. -
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.
220 p.; 21 cm.

Bibliografia: p. 147-164.
Possui anexos.

ISBN: 978-85-8440-855-9

1. Direito Civil. 2. Curatela – Autocuratela - Documentos
Particulares – Proteção. 3. Código de Processo Civil - Ordenamento
Jurídico - Tomada de Decisão Apoiada. 4. Autonomia Patrimonial
- Proteção Patrimonial – Curatela. I. Título.

CDD - 342.164

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº

DATA

1093321

1093321

02/09/14

Sumário

Prefácio	XIII
Apresentação	XVII
Introdução	1
1. Instituto da Curatela no Ordenamento Jurídico Brasileiro	5
1.1. Atual interpretação do instituto da curatela no ordenamento jurídico brasileiro	10
1.2. A nomeação do curador instituído pelo juiz e seus limites no exercício da curatela	17
1.3. Curatela Compartilhada e Fracionada.....	26
1.4. Os procedimentos a serem seguidos no processo de curatela de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro.....	28
1.5. A transparência na gerência do patrimônio do curatelado por meio da prestação de contas	37
1.6. Tomada de Decisão Apoiada de acordo com a Lei n. 13.146/2015 e as diferenças com a curatela	41
2. O Exercício da Autonomia Patrimonial e Existencial com Eficácia Futura no Ordenamento Brasileiro	49
2.1. Institutos jurídicos de projeção futura no exercício da autonomia patrimonial e existencial	56

2.1.1. Testamento e a aplicação analógica ao instituto da autocuratela	57
2.1.2. A Lei nº 9.434/97 - Doação de órgãos.....	67
2.2. Autocuratela como negócio jurídico atípico	68
2.3. Existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos atípicos	70
2.3.1. Plano da existência	70
2.3.2. Plano da validade	72
2.3.2.1. Agente capaz - Capacidade.....	72
2.3.2.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	74
2.3.2.3. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	75
2.3.3. Plano da eficácia.....	77
3. Instrumentos de Autocuratela como Alternativa para a Proteção Patrimonial e Existencial a Serem Utilizadas em Situações Supervenientes de Ausência de Discernimento.....	79
3.1. Diretivas Antecipadas de Vontade	83
3.1.1. Testamento Vital.....	86
3.1.2. Mandato duradouro	87
3.2. Escritura pública ou documento particular.....	88
3.3. Mandato Permanente	92
4. O Mandato Permanente como Alternativa Jurídica para a Proteção Futura Patrimonial e Existencial.....	95
4.1. Mandato x mandato permanente	97
4.2. Mandato permanente no direito estrangeiro	102
4.3. Requisitos configuradores do mandato permanente	107

4.3.1. Capacidade para constituir mandatário	107
4.3.2. Capacidade para ser mandatário.....	109
4.3.3. Aspectos formais do mandato permanente	110
4.3.4. Características do mandato permanente	113
4.3.5. Mandato em conjunto, solidário, sucessivo e fracionário.....	115
4.4. Direitos e deveres do mandatário no mandato permanente	116
4.5. Direitos e deveres do mandante para o mandato permanente	118
4.6 Hipóteses de extinção e revogação do mandato permanente	118
4.7. Ação de prestação de contas.....	121
4.8. Como coexistem a curatela e o mandato permanente.....	125
4.9 Semelhanças entre o mandato permanente e o testamento	129
4.10. A cessação do mandato pela perda de discernimento do mandante e a solução encontrada no ordenamento jurídico para a eficácia do mandato permanente	132
4.11. Proposta de regulamentação legislativa para administração e proteção patrimonial de pessoas que possam ter uma ausência de discernimento superveniente	139
Considerações Finais	141
Referências	147
Anexos	165

Anexo A - Proposta de Projeto de Lei Federal para instituir o mandato permanente no Brasil	165
Anexo: B - Quesitos destinados a perícia médica, elaborados pelo Promotor de Justiça Rolando Carabolante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei n.13.146-2015 e art. 755, I, do CPC, para que possam ser fixados os limites da curatela.	168
Anexo C – Modelo de Diretivas Antecipadas de Vontade elaborada pela Professora Portuguesa Laura Ferreira dos Santos.....	173